

NÃO ENSINE A PESCAR! SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS PRÁTICAS SISTÊMICAS*

DO NOT TEACH TO FISH! ON THE THEORETICAL FOUNDATIONS OF SYSTEMIC PRACTICES

RESUMO: Dado meu interesse pela compreensão dos sistemas sociais humanos e a fundamentação dos trabalhos com redes sociais – conversações constituídas em torno de um problema – identifico o pensamento sistêmico como a epistemologia que implica os profissionais envolvidos nessas práticas. Admitindo as vantagens do trabalho com redes sociais em torno do problema – em relação às formas tradicionais de atuação dos profissionais sociais – explico teoricamente essas vantagens. A partir da teoria de Maturana para os sistemas vivos (Teoria da Autopoiese), distingo conceitos utilizados em minha própria Teoria Geral dos Sistemas Autônomos a qual, propondo uma teoria mais ampla de sistemas, permite compreender não só as características gerais dos sistemas vivos, como dos sistemas sociais humanos. Finalmente, concebendo as redes sociais e os sistemas em torno de problemas como sistemas autônomos, fundamento e explico teoricamente as vantagens dos trabalhos sistêmicos com redes sociais, utilizando meu conceito de interconstituição de 2ª ordem. Com essa explicação, justifico o título deste artigo, que se contrapõe à difundida proposta “ensine a pescar”.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho com redes sociais, sistema em torno do problema. Teoria Geral dos Sistemas Autônomos, interconstituição de 2ª ordem - pensamento sistêmico

ABSTRACT: Given my interest in understanding human social systems and the foundations for working with social networks – conceived as conversations constituted around a problem – I identify systems thinking as the epistemology that implies professionals involved in such practices. Assuming the advantages of working with social networks around problem – compared to traditional forms of action of social professionals – I explain theoretically these advantages. From Maturana's theory for living systems (Theory of Autopoiesis), I distinguish concepts used in my own General Autonomous Systems Theory – based mainly on the work of Maturana – which, proposing a broader systems theory, allows us to understand not only general characteristics of living systems but human social systems also. Finally, by conceiving both the social networks and the systems around problems as autonomous systems, I establish and theoretically explain the advantages of systemic works with social networks, by using my concept of 2nd order interconstitution. With this explanation, I justify the title of this article, which opposes the widespread proposal “teach to fish”.

KEY WORDS: working with social networks, system around the problem. General Autonomous Systems Theory, 2nd order interconstitution, systems thinking

MATEUS ESTEVES-VASCONCELLOS**

*Pesquisador Independente,
Brasília-DF, Brasil.
mateusev@hotmail.com*

Recebido em: 06/08/2014
Aprovado em: 01/10/2014

A partir do contato com Juliana Gontijo Aun, conheci o trabalho de atendimento sistêmico de redes sociais, e tive a rica oportunidade de coordenar, nas periferias de Belo Horizonte, algumas reuniões de redes sociais constituídas em torno da situação-problema da inclusão de pessoas portadoras de deficiências.

Juliana pretendia organizar um livro – jamais realizado – sobre o trabalho com redes sociais. Assim, no início do ano de 2001, a pedido dela, preparei a versão original deste artigo. Meu intuito era apresentar uma fundamentação teórica para o trabalho com as redes sociais a partir da obra do biólogo chileno Humberto Maturana.

* Texto inédito, escrito originalmente em 2001, revisado em 2014 pelo autor. A Introdução foi escrita em 2014.

** Autor de *A Nova Teoria Geral dos Sistemas. Dos sistemas autopoieticos aos sistemas sociais* (2013). São Paulo: e-book, Livraria Cultura / Kobo Books, URL.

A obra de Maturana inclui ampla reflexão sobre os sistemas sociais humanos, feita a partir de sua Teoria da Autopoiese – uma teoria biológica para explicar os sistemas vivos. Eu estava atento para o fato de que vários conceitos dos quais Maturana se utilizava para a descrição e explicação dos sistemas vivos eram – e Maturana algumas vezes explicitava isso – válidos para todo e qualquer sistema.

Entretanto, a abordagem dos sistemas sociais feita por simpatizantes da Teoria da Autopoiese me parecia, por vezes, ser fruto de uma transposição de conceitos de um contexto (biologia) a outro, no qual eles adquiriam um sentido completamente diverso de seu sentido original – como é o caso, por exemplo, de Luhmann (1990), quem concebe interações autopoieticas entre comunicações –, ou, outras vezes, limitava-se a um uso metafórico e superficial desses mesmos conceitos – como é o caso da simples imputação do conceito de autopoiese ao objeto de interesse do pesquisador, dizendo-se, por exemplo, que um rio é um sistema autopoietico.

Desta forma, eu considerava que a obra de Maturana tinha muito mais a acrescentar ao pensamento sobre os sistemas sociais humanos do que aquilo que o próprio Maturana desenvolvera sobre o tema. Ao mesmo tempo, considerava pouco rigorosas ou incompletas as tentativas já existentes de suprir essa lacuna (Mingers, 1995, 2002, 2003; Kenny, 1992; Zeleny, 1979, 1995; Zeleny & Hufford, 1990; Graham & McKenna, 2004; Hejl, 1997; Varela, 1979).

Meu esforço se concentrou inicialmente em identificar o que posteriormente chamei de A Teoria Geral dos Sistemas de Humberto Maturana, que contemplamos ao selecionar e correlacionar conceitos, descrições e expli-

cações desenvolvidas por ele que têm aplicação ampla, referindo-se aos sistemas em geral.

A partir da explicitação dessa Nova Teoria Geral dos Sistemas, propus uma Teoria Geral dos Sistemas Autônomos, como uma classe particular de sistemas. Identifiquei igualmente como sistemas autônomos tanto os seres vivos (sistemas autopoieticos), como os sistemas sociais humanos, mas não os confundi. Dessa forma, superei a discussão havida nas últimas décadas sobre a possibilidade de se distinguir autopoiese no domínio social humano.

Em seguida, distingui um tipo especial de sistema social humano – que chamei de sistemas de interconstituição de segunda ordem. Os sistemas de interconstituição de segunda ordem são os sistemas sociais humanos organizados como redes de conversações por intermédio das quais os elementos conversam sobre suas próprias relações e nas quais a legitimidade da participação de cada componente está associada exclusivamente ao fato de que o elemento em questão participa das relações sobre as quais se conversa. Identifiquei o atendimento sistêmico de redes sociais – juntamente com a mediação sistêmica de conflitos e a terapia familiar sistêmica – como exemplos de tecnologias que visam à solução de conflitos ou à redução do sofrimento humano a partir da constituição deste tipo particular de sistema social.

Dessa forma, entendo que não é necessário – e nem conveniente – recorrer à Teoria da Autopoiese para fundamentar teoricamente as práticas sociais sistêmicas – até porque a Teoria da Autopoiese não se propõe a isso. Dispomos agora de uma Teoria Geral dos Sistemas Autônomos que nos serve como um quadro conceitual sistêmico novo-paradigmático articulado

para a compreensão e descrição dos processos que acontecem nos trabalhos com sistemas amplos, redes sociais, comunidades, famílias, etc.

Foi desse esforço que surgiu este artigo, inicialmente escrito em 2001 e, posteriormente o livro “A Nova Teoria Geral dos Sistemas: dos sistemas autopoieticos aos sistemas sociais”, escrito até 2009, e publicado em 2013 (Esteves-Vasconcellos, 2013).

Este artigo se inicia apresentando o Pensamento Sistêmico como fundamento epistemológico do profissional que trabalha com Redes Sociais. Em seguida, falarei de uma forma geral, sobre aquilo que chamo de “sistemas autônomos”, ressaltando sua organização e sua forma de interagir com seu meio. Procurarei mostrar como tanto as redes sociais (de uma forma geral), quanto os sistemas em torno de problemas, são, indistintamente, sistemas autônomos no domínio social humano. Em seguida, focalizarei aquela característica que diferencia o trabalho com o sistema em torno do problema de uma rede social qualquer: a possibilidade de surgimento de um novo sistema social, cuja organização chamei de interconstituição de segunda ordem. Finalmente, apresentarei algumas implicações do funcionamento destes sistemas para

as práticas dos profissionais sociais sistêmicos.

PENSAMENTO SISTÊMICO

Na segunda metade do século XX, emergiu um novo paradigma de ciência. A literatura científica e mesmo a literatura não especializada têm anunciado e abordado amplamente essa questão. Esse novo paradigma tem recebido inúmeros rótulos: paradigma sistêmico, pensamento sistêmico, paradigma da complexidade, paradigma quântico, pensamento holístico, e tantos outros.

Esteves de Vasconcellos (1992, 1995, 1998, 1999, 2002) destacou três dimensões ou três conjuntos de pressupostos epistemológicos no paradigma de ciência. Essas três dimensões epistemológicas constituem um quadro de referência útil para nos referirmos à mudança de paradigma pela qual estamos passando. Eu me utilizo desse quadro de referência e quero explicitá-lo.

Essa autora destaca como dimensões epistemológicas do paradigma de ciência tradicional: a simplicidade, a estabilidade e a objetividade; e contrapõe a elas as três dimensões corres-

QUADRO I – DIMENSÕES DO PARADIGMA DE CIÊNCIA

PARADIGMA DE CIÊNCIA TRADICIONAL	PARADIGMA DE CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA (PENSAMENTO SISTÊMICO)
Simplicidade análise, disjunção, fragmentação, causalidade linear	Complexidade contextualização, causalidade recursiva
Estabilidade determinação, previsibilidade, reversibilidade, controlabilidade	Instabilidade indeterminação, imprevisibilidade, irreversibilidade, incontrolabilidade
Objetividade realidade única e objetiva, representação da realidade, uni-versum	Intersubjetividade coconstrução da(s) realidade(s), multi-versa

Fonte: Adaptado de Esteves de Vasconcellos (2002).

pondentes no paradigma de ciência contemporânea: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade.

Assumir o pensamento sistêmico como novo paradigma de ciência significa, então, assumir que os objetos que estudamos e com os quais convivemos, e nós mesmos, somos sistemas complexos, que existimos em contextos, como elementos de sistemas mais amplos (complexidade).

Além disso, significa assumir que o tempo cumpre um papel fundamental na existência dos sistemas, significa admitir que os sistemas têm história e que uma mudança presente determina as possibilidades de mudança que se abrem para o sistema no futuro, implicando na imprevisibilidade do comportamento futuro do sistema (instabilidade).

Ainda mais, pensar sistemicamente também significa acreditar que os sistemas, inclusive nós mesmos, somos sistemas que não existimos enquanto tais de forma transcendente, objetiva, mas que os sistemas que conhecemos só emergem para nós a partir do momento que os distinguimos enquanto tais, em nossas interações linguísticas (intersubjetividade).

Se assumimos o pensamento sistêmico – com todas as suas implicações – como nosso novo paradigma de ciência e também como a nossa forma de ver e estar no mundo, não teremos dificuldades em aceitar a seguinte

sentença: “Os observadores, conversando, nos distinguimos vivendo em redes sociais.” Eu digo isso porque nesta sentença estão contidas as três dimensões do pensamento sistêmico. Vejamos.

Quando dizemos que, conversando, os observadores nos distinguimos – ou distinguimos o mundo –, dizemos que o fato de vivermos em uma rede social particular não é uma realidade objetiva, mas que uma determinada rede social surge e passa a existir para aquele que a distingue, a partir do momento em que esta pessoa faz essa distinção. Assim, pessoas diferentes distinguem redes sociais diferentes, em momentos diferentes, de acordo com as interações que experimentam e com a questão ou situação-problema que elas enfocam em determinada circunstância. Se um observador sistêmico foca a questão ou o problema da inclusão de uma pessoa portadora de deficiência na sociedade, este observador pode distinguir uma rede social que participa e conversa sobre essa situação-problema. Assim, este observador pode distinguir como parte dessa rede social, por exemplo, os professores do portador de deficiência, sua família, seu médico, seus vizinhos, amigos etc... O sistema social que chamamos de rede social emerge então para esse observador sistêmico, em sua observação.

Quando dizemos que os observadores vivem em redes sociais, deixa-

QUADRO II – DIMENSÕES DO PENSAMENTO SISTÊMICO NA DISTINÇÃO DE REDES SOCIAIS

SENTENÇA	DIMENSÕES DO PENSAMENTO SISTÊMICO
Os observadores, conversando, nos distinguimos...	Intersubjetividade
...vivendo...	Instabilidade
...em redes sociais	Complexidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

mos implícita a ideia de que as redes sociais que podemos distinguir – e nós que as distinguimos – não somos sistemas estáveis ou de funcionamento simples e reversível. Ao contrário, reconhecemos que as redes sociais são sistemas que se transformam, capazes de saltos qualitativos, de mudanças irreversíveis. Assim, entendemos que os componentes que participam (conversam) de uma determinada rede social podem se transformar e se alternar. Possivelmente, como observadores sistêmicos, distinguiremos elementos entrando e saindo da rede, à medida que se desenvolve a conversação que constitui a rede e esta, como um todo, desenvolve suas interações com o meio (social) mais amplo no qual ela é distinguida. No nosso exemplo, o observador poderá ver novas pessoas passando a fazer parte da conversação sobre a situação-problema da inclusão do portador de deficiência, enquanto outras pessoas podem se desligar dessa rede.

Quando dizemos que os observadores distinguem redes sociais, já deixamos entendido que nosso olhar é ampliado. O observador sistêmico não coloca seu foco no indivíduo, por exemplo, no portador de deficiência ou em sua deficiência. Ao contrário, o observador focaliza as relações por intermédio das quais os observadores participantes da rede social produzem a situação-problema da inclusão social ao distingui-la enquanto tal. Nosso observador sistêmico não distinguirá como rede social o sistema formado apenas pelo portador de deficiência e as instituições especializadas em incluí-lo na sociedade, ou em tratá-lo, ou em atendê-lo. O observador sistêmico certamente distinguirá um sistema mais amplo, composto por todos os elementos que “conversam em torno do problema”

da inclusão do portador de deficiência. Mais do que isso, ele distinguirá todo um meio ambiente no qual este sistema existe e com o qual está em acoplamento estrutural (em comunicação), sabendo que também este meio ambiente só existe para ele, observador – e para o próprio sistema – a partir das respectivas distinções: das distinções que ele, observador, faz das distinções do sistema que ele distinguiu. Afinal, o observador sistêmico entende que não são as suas distinções que determinam a realidade percebida (coconstruída) pelo sistema. Então, ele saberá que, para que possa vir a fazer parte de uma solução para o problema que o sistema (a rede social) distingue, ele terá que se conservar distinguindo esta rede social e interagindo com ela.

Mas, se nós, observadores sistêmicos, concordamos que cada um de nós se distingue vivendo em redes sociais, qual a finalidade do “trabalho com redes sociais”? Qual a importância de se realizarem “Encontros Conversacionais do Sistema em Torno do Problema”? E, afinal, qual a diferença entre uma “rede social” e um “Trabalho com a Rede Social ou com o Sistema em Torno do Problema”? E que diferença faz essa diferença?

REDES SOCIAIS E TRABALHOS COM REDES SOCIAIS

Geralmente, usamos o termo “rede social” de forma genérica, sem especificarmos um sistema, falando apenas que vivemos em redes sociais. Neste sentido, ressaltamos o fato de que pensar em redes sociais é uma forma diferente e nova de se pensar, uma forma sistêmica de ver e estar no mundo. Assim, falamos em “perspectiva de rede”.

Por perspectiva de rede entendemos levar em conta e ter um conhecimento do contexto social total do indivíduo (...). Um indivíduo vive numa rede de relações sociais constituída de contatos positivos e negativos. As pessoas em torno de um indivíduo algumas vezes se conhecem umas às outras, outras vezes, não. As relações existentes na rede social de uma pessoa têm em comum o fato de que influenciam a pessoa de vários modos. (Fosberg & Walmark, 1994, p. 270).

Outras vezes, usamos o termo “rede social” para designar um sistema social específico, a partir de uma questão em particular ou de um problema qualquer. Neste sentido, se fala em “sistema constituído em torno do problema” ou de “sistemas determinados por problemas” (Goolishian & Winderman, 1988).

A concepção do “problema a tratar” fica, pois, associada a essa noção de “sistema determinado pelo problema”:

O “sistema determinado por um problema” é definido como composto por todos aqueles que estão ativamente comprometidos em uma conversação sobre o problema (...), não se restringindo dentro dos limites estabelecidos pelas relações de consanguinidade, organizacionais ou legais. E o “problema a tratar” é concebido como uma experiência intersubjetiva de um desacordo antagônico a respeito de algum fenômeno: ou seja, a experiência intersubjetiva de um problema: que mantém unidos os elementos desse sistema formado pelo problema. Assim, a rede seria formada por todos aqueles que tivessem alguma relação com o problema trazido pelo indivíduo, pela família ou alguma outra instituição qualquer. (Aun, 1999).

Para os profissionais sistêmicos, que assumem “uma perspectiva de rede” como forma de ver e estar no mundo, o “trabalho com redes sociais” ou o “trabalho com sistemas em torno de um problema” é uma opção natural, e mesmo uma implicação de sua forma de pensar. O profissional que acredita que vivemos situações complexas, situações que mudam e se transformam, e situações que dependem das distinções que cada um de nós faz, sente-se naturalmente inclinado a trabalhar com redes sociais, desenvolvendo trabalhos com sistemas em torno de um problema.

A atuação de um profissional que tem uma perspectiva de rede é o que faz a diferença no trabalho com sistemas constituídos em torno do problema, trazendo vantagens em relação às formas tradicionais de atuação dos profissionais que lidam com relações humanas. Dentre as vantagens que podemos distinguir no trabalho com sistemas constituídos em torno do problema, concordo com Sluzki (1997), quando destaca, dentre outras, as seguintes:

1. desloca-se de modelos interpretativos, de diagnóstico, para modelos conversacionais, de coconstrução de descrições e explicações sobre a natureza do problema e, assim, os participantes ocupam posições mais favoráveis que nas descrições patologizantes;
2. elaboram-se planos de mudança viáveis – em que todos são agentes ativos da mudança;
3. diminui-se a dependência em relação ao setor “autoridades” e aumenta-se a autossuficiência do sistema na solução das dificuldades;

4. contrapõe-se a experiência de ser autor, de ter sucesso, à expectativa de falta de poder e de controle sobre a situação, potencializando-se, assim, a manutenção das mudanças.

O que quero fazer agora é esboçar uma explicação teórica para as vantagens do trabalho com redes sociais, também chamado de “trabalho com sistemas constituídos em torno de um problema”. Vou propor uma forma teórica de se conceberem os sistemas sociais – as redes sociais nas quais vivemos – e de se conceberem os sistemas em torno do problema com os quais, como profissionais sistêmicos, somos convidados a interagir. Interessará explicar porque “o conceito de sistema em torno do problema permite montar novos sistemas que podem vir a adquirir novas estruturas” (Aun, 1998b, p. 298).

A explicação que construí está apresentada em meu livro “A Nova Teoria Geral dos Sistemas” (Esteves-Vasconcellos, 2013), o qual se fundamenta principalmente na obra do biólogo chileno Humberto Maturana, e de onde vou trazer alguns conceitos.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SISTEMAS

A organização de um sistema são as relações fundamentais entre os componentes desse sistema. É a organização de um sistema que permite a um observador identificar esse sistema como membro de uma classe específica (Maturana & Varela, 1983). Quando um observador destaca, em sua observação, um sistema qualquer e diz: “estou vendo uma cadeira”, esse observador identifica o que vê: ele inclui o que vê em um conjunto de objetos que

têm as mesmas relações fundamentais, ou seja, ele atribui uma identidade de classe ao objeto, ao apontar, em sua observação, para a organização do sistema.

O observador diz que vê uma cadeira porque percebe certas relações fundamentais que, uma vez presentes, conferem ao sistema sua identidade de classe, nesse caso, sua identidade de cadeira. Da mesma forma, se o sistema que ele observa perde as relações fundamentais entre seus componentes, perde-se a organização do sistema e o sistema deixa de existir enquanto tal. Quando um sistema passa por uma mudança em sua organização, esse sistema se desintegra, ele deixa de existir e outro ou outros sistemas podem, ou não, passar a existir para aquele observador.

A estrutura de um sistema, por sua vez, são “os componentes e as relações que concretamente constituem uma determinada unidade e realizam sua organização” (Maturana & Varela, 1983, p. 87). Se a organização de um sistema é o que lhe confere a sua identidade de classe, é a sua estrutura o que lhe dá suas especificidades como unidade. São as características estruturais de um sistema que o diferenciam como caso particular dentro de uma classe de objetos de mesma organização. Podemos observar mudanças estruturais em um sistema qualquer, sem que isso signifique que se perdeu sua organização. É no nível da estrutura que os sistemas sofrem suas modificações não destrutivas.

Tanto “organização” como “estrutura” são categorias aplicáveis a todo e qualquer sistema, seja ele um sistema autônomo ou não. O que faz com que um sistema seja autônomo é o fato de ter a organização própria dos sistemas autônomos. Vejamos que organização é essa.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SISTEMAS AUTÔNOMOS

Eu digo que um sistema autônomo é um sistema cuja organização são interações de transformações recíprocas entre seus componentes (Esteves-Vasconcellos, 2009).

É importante ressaltar que não estou falando de quaisquer interações entre os elementos de um sistema, nem estou falando de quaisquer transformações desses elementos. Nem todo sistema em que seus elementos sofrem alterações são sistemas autônomos. Nem todo sistema em que as interações entre os elementos levam a mudanças nos elementos são sistemas autônomos.

As interações de transformações recíprocas entre os componentes de um sistema autônomo implicam – desencadeiam – mudanças das propriedades por intermédio das quais os componentes do sistema participam das próprias interações transformativas entre eles. Em outras palavras, a organização dos sistemas autônomos são interações entre seus componentes que modificam, a cada instante, a maneira pela qual esses mesmos componentes seguem se transformando reciprocamente.

Por isso eu digo que um sistema definido como uma rede recursiva de interações transformativas entre seus componentes é um sistema autônomo.

Tudo o mais quanto houver nesse sistema – as demais propriedades de seus elementos e as demais interações entre eles – será parte de sua estrutura e, assim, pode alterar-se sem que aquele sistema autônomo em particular se desintegre. As únicas relações que, caso se alterem, implicarão a desintegração do sistema autônomo são as interações reciprocamente desencadeadas entre seus componentes

que alteram a maneira pela qual esses componentes seguem se transformando reciprocamente.

MUDANÇAS NOS SISTEMAS AUTÔNOMOS

Os sistemas autônomos são sistemas dinâmicos, isto é, sistemas cuja organização somente se realiza através de contínua mudança estrutural. Toda mudança que ocorra a qualquer sistema ocorre na estrutura do sistema sem alterar sua organização, ou o sistema deixa de existir enquanto tal para o observador que o distinguiu.

Como vimos, a forma pela qual um sistema autônomo conserva sua organização ao longo de sua existência é justamente a mudança contínua de sua estrutura, isto é, a mudança contínua de seus componentes e das relações entre os componentes que concretamente realizam a organização imutável do sistema.

Por isso, os elementos componentes de um sistema autônomo podem ser distinguidos como unidades plásticas – unidades que sofrem mudanças de suas propriedades. Tais mudanças podem atingir tanto as propriedades pelas quais os componentes interagem entre si e realizam a organização do sistema, como também as propriedades pelas quais eles interagem com unidades externas ao sistema.

Em qualquer caso, as mudanças nos elementos de um sistema autônomo podem surgir de forma contingente com distintos cursos de interações, a saber:

1. como resultado da própria participação do elemento componente na operação do sistema como uma rede fechada de interações de transformações recíprocas;

2. como resultado da própria dinâmica estrutural intrínseca do elemento do sistema;
3. como resultado das interações do elemento do sistema com unidades do meio (exteriores ao sistema), em mudanças estruturais desencadeadas nos elementos por interações que podem, ou não, corresponder a interações do sistema como totalidade com seu meio.

Nos sistemas autônomos – como implicação da forma como os defini – esses três cursos de mudanças de seus elementos componentes se entrelaçam na dinâmica estrutural do sistema. Assim, as transformações dos componentes do sistema seguem um curso contingente não apenas com as dinâmicas do sistema e de cada um de seus elementos, mas também com as interações entre o sistema como totalidade e seu meio.

As próprias interações transformativas entre os componentes do sistema, ao determinarem mudanças dos componentes, podem acarretar mudanças das propriedades pelas quais esses elementos componentes têm interações fora do sistema e assim, levar a mudanças do domínio de interações do sistema como totalidade. De forma análoga, cada interação entre um elemento do sistema com unidades externas ao sistema pode provocar uma mudança das propriedades daquele componente envolvidas nas interações transformativas com outros componentes do sistema, de forma que a interação do sistema com seu meio pode desencadear mudanças na realização interna da rede de interações transformativas entre os componentes do sistema. (Maturana, 1987, p. 10).

Dessa forma, o curso de interações entre os componentes do sistema se

entrelaça com o curso de interações entre o sistema como um todo e seu meio – embora um curso de interações não determine o outro curso de interações. Assim, as formas pelas quais a organização e a adaptação de um sistema autônomo são conservadas mudam juntas, o que permite que o sistema conserve sua organização, ao longo de sua dinâmica de transformações; e conserve sua adaptação ao meio, ao longo de sua história de interações com esse meio (Maturana, 2001). Tudo isso ocorre sem que a dinâmica interna do sistema determine as interações do sistema com seu meio, e sem que as interações do sistema com seu meio determinem a dinâmica interna do sistema.

ACOPLAMENTO ESTRUTURAL

Podemos agora abordar o processo próprio das interações entre sistemas autônomos. Para isso, é importante que estejamos atentos para focalizar as relações, ao invés de colocar nosso foco exclusivamente nos elementos. A partir dessa visão que foca as relações, poderemos compreender o conceito de acoplamento estrutural. O conjunto de relações recorrentes que podemos distinguir entre sistemas autônomos corresponde a um acoplamento estrutural.

Um exemplo metafórico de acoplamento estrutural que Maturana costuma citar em suas conferências é o do “pé-sapato”: quando compramos um sapato novo, nos primeiros dias de uso, ele nos aperta um pouco o pé. Com o passar dos dias, e à medida que vamos caminhando com nosso sapato novo, ele vai nos parecendo mais confortável. O que se passa é que nosso pé vai provocando alterações no sapato, ao mesmo tempo em que o

sapato vai provocando alterações em nosso pé. Esta sequência de modificações depende da estrutura do sapato, do material com o qual ele é feito, etc e também da estrutura do nosso pé, do tipo de pele que temos, da nossa constituição óssea, etc. Ao mesmo tempo, tanto o pé quanto o sapato vão mudando também em função do terreno em que caminhamos. Se andamos por um terreno mais acidentado, nosso pé e nosso sapato mudam de uma maneira diferente do que mudariam se andássemos por outros lugares. Podemos dizer, de forma metafórica, que entre o pé e o sapato há um acoplamento estrutural. Não podemos dizer, depois de algum tempo, que foi o sapato quem modificou o pé, e também não podemos afirmar o contrário. O que percebemos é que tanto o sapato quanto o pé desencadearam, um no outro, mudanças recíprocas, que se processaram para o pé e para o sapato, de acordo com a estrutura de cada um em cada momento, mantendo-se entre os dois uma relação recorrente de perturbações recursivas, que possibilitou que continuássemos usando o sapato. Se essa história de acoplamento entre o pé e o sapato não ocorresse, o sapato não nos teria servido mais, e o teríamos jogado fora. De uma forma ou de outra, o acoplamento estrutural entre o pé e o sapato vai deixar de existir algum dia, quando deixarmos de usar o sapato.

Sobre o acoplamento estrutural, de acordo com Maturana (1997), podemos dizer, de uma forma mais sistemática, que:

1. As relações recorrentes entre dois sistemas autônomos podem ser distinguidas como um acoplamento estrutural.
2. O acoplamento estrutural – distinguido como as relações

entre dois sistemas autônomos – ocorre, para cada um deles, sempre como um fenômeno em seu domínio de interações como totalidade, e não no domínio de interações entre seus próprios componentes.

3. As perturbações geradas mutuamente entre sistemas autônomos em acoplamento estrutural são contínuas, mas mutantes. As perturbações que cada sistema autônomo provoca no outro mudam de acordo com a própria mudança estrutural que experimenta e, de maneira semelhante, a forma como cada sistema é perturbado, muda, de acordo com a sua própria mudança estrutural.
4. Cada um dos sistemas autônomos em acoplamento estrutural participa, assim, da definição dos domínios de mudança de estados possíveis e do domínio de perturbações possíveis do outro sistema autônomo com o qual está acoplado.
5. A recorrência da relação entre os sistemas autônomos em acoplamento estrutural é o que possibilita que suas estruturas mantenham-se acopladas, ao mesmo tempo em que os sistemas autônomos conservam sua organização ao longo de suas histórias de mudanças individuais.
6. As perturbações que cada sistema autônomo em acoplamento estrutural experimenta são congruentes com a sua própria trajetória de estados, bem como com a trajetória de estados dos elementos que o perturbam. Ou seja, os elementos em acoplamento estrutural experimentam a sua história individual de mu-

- danças como uma história compartilhada de mudanças.
7. Os sistemas autônomos envolvidos em um acoplamento estrutural, por serem sistemas autônomos, têm uma estrutura plástica de segunda ordem, isto é, cada sistema passa por mudanças de estado que envolvem mudanças estruturais em seus componentes (e não somente nas relações entre esses componentes).
 8. O acoplamento estrutural, portanto, corresponde às relações recorrentes e recursivas entre sistemas autônomos, de estrutura plástica, através das quais se produz uma correspondência dinâmica efetiva entre as mudanças de estado recorrentes dos sistemas acoplados, de forma que os sistemas são capazes de operar sem desintegrar-se, isto é, mantendo sua organização autônoma.

Por tudo isso, um observador que contempla o acoplamento estrutural entre dois sistemas autônomos pode afirmar que esses sistemas se constituem reciprocamente. Isso não quer dizer, em absoluto, que um sistema determine o que ocorre ao outro. Entretanto, uma vez que os sistemas definem mutuamente seus domínios de mudanças, experimentando sua história de mudanças – sua ontogenia – como uma coontogenia, parece ao observador que os sistemas autônomos em acoplamento estrutural se interconstituem.

A essa interconstituição, destacada por Maturana, que pode ocorrer entre todos os sistemas autônomos, eu chamo de “interconstituição de primeira ordem” (Esteves-Vasconcellos, 2000). Além de distinguir essa interconstitui-

ção de primeira ordem, o observador pode, ao contemplar o acoplamento estrutural entre sistemas autônomos, distinguir um sistema autônomo mais amplo integrado pelos elementos em acoplamento.

Desta forma, podemos falar em interconstituição de primeira ordem tanto ao contemplarmos o acoplamento estrutural entre sistemas autônomos independentes, como ao contemplarmos a realização da própria organização de um sistema autônomo.

A INTERCONSTITUIÇÃO DE PRIMEIRA ORDEM

Como vimos, defini os sistemas autônomos como redes de transformações recíprocas entre seus componentes. Ou seja, um sistema autônomo é organizado como uma rede recursiva de interações entre elementos que, por intermédio dessas interações, têm transformada a maneira pela qual participam dessa mesma rede de interações.

Sendo as interações entre os componentes do sistema autônomo transformativas da maneira pela qual esses componentes participam do sistema, essas interações são também interações transformativas da maneira pela qual esses componentes se qualificam, a cada momento, como componentes do sistema. Assim, o observador que contempla um sistema autônomo pode dizer que as interações entre seus componentes constituem, a cada momento, os componentes do sistema enquanto tais. Em outras palavras, o observador pode dizer que os componentes de um sistema autônomo – de forma dinâmica e contingente com a realização da organização do sistema – se interconstituem como componentes desse sistema. Ainda em outras palavras, o observador percebe que a or-

ganização autônoma é realizada como a interconstituição dos componentes de um sistema enquanto tais. Como já mencionei, chamo essa característica de interconstituição de primeira ordem (Esteves-Vasconcellos, 2000).

A expressão interconstituição de primeira ordem, portanto, faz referência a um comentário do observador sobre os sistemas autônomos em geral, dizendo que, nesses sistemas, seus componentes parecem se constituir, uns aos outros, como componentes do sistema que integram.

Tomemos como exemplo um sistema constituído em torno do problema da inclusão dos portadores de deficiências. O observador sistêmico que distingue tal sistema toma como organização desse sistema autônomo as conversações sobre a situação-problema da inclusão dos portadores de deficiência. Os componentes desse sistema são as pessoas e instituições que conversam sobre essa situação-problema, definindo essa situação como problemática – e, dessa forma, mantendo coeso o sistema. As famílias dos portadores de deficiência, por exemplo, ao reclamarem da ineficiência das entidades governamentais e não-governamentais em alcançarem a inclusão social de seus filhos portadores de deficiência, constituem essas entidades como componentes do sistema em torno do problema. Os profissionais e as entidades especializadas no atendimento aos portadores de deficiências, ao executarem, por exemplo, uma política pública de inclusão nas escolas, constituem, como componentes desse sistema em torno do problema, tanto os portadores de deficiência, como também suas famílias e as escolas onde os portadores deveriam ser incluídos. Os políticos de cuja plataforma eleitoral conste a inclusão social dos portadores de deficiência constituem como

componentes do sistema todos aqueles a quem se dirigem, por exemplo, seus discursos, ações, promessas ou projetos de lei, sejam instituições do Estado, da sociedade civil, famílias, cidadãos ou outros políticos.

As pessoas, grupos de pessoas ou instituições identificam uma mesma situação-problema: a inclusão dos portadores de deficiências, ainda que cada componente desse sistema possa distinguir diferentes “problemas”, isto é, diferentes causas, explicações, culpas ou responsabilidades para a situação-problema comumente definida por elas.

De fato, as conversas que realizam um sistema em torno de um problema são normalmente conversas acusatórias, nas quais as pessoas ou instituições atribuem às outras pessoas ou instituições componentes do sistema a responsabilidade ou a culpa pelos problemas distinguidos, ou pela ineficiência/fracasso das soluções adotadas ou propostas. É esta a relação fundamental de oposição antagônica que mantém coeso o sistema em torno da situação-problema.

Poderíamos citar outros exemplos de componentes desse sistema, e de conversas que o realizam, mas acredito que já está ilustrada a maneira pela qual as pessoas envolvidas na distinção de uma situação-problema se constituem reciprocamente (interconstituição de primeira ordem) como componentes do sistema que se realiza ao redor da conversação sobre essa situação-problema, no sistema que chamamos de sistema em torno do problema.

Essa é a interconstituição de primeira ordem: uma característica associada pelo observador à dinâmica dos sistemas autônomos, qualquer que seja a organização específica do sistema autônomo em questão, seja ou não

um sistema em torno de um problema; seja ou não um sistema no domínio social humano.

OS SISTEMAS SOCIAIS HUMANOS COMO SISTEMAS AUTÔNOMOS

Todos os sistemas sociais humanos – isto é, todos os sistemas constituídos por seres humanos na linguagem, realizados por meio de interações linguísticas – são sistemas autônomos e a eles se aplica tudo quanto dissemos sobre os sistemas autônomos em geral.

De fato, um observador sistêmico acredita que um sistema social muda sua estrutura a partir de sua própria estrutura, no devir de seus acoplamentos estruturais e na conservação daquela organização que o observador destacou e que fez surgir, para ele, tal sistema social e o meio do qual esse sistema emergiu. Vejamos um exemplo de distinção de um sistema social humano.

Se destacamos como organização de um sistema social autônomo a relação entre uma mãe e seu filho, tomaremos como estrutura deste sistema os elementos que o constituem (a mãe e o filho) e as relações concretas entre eles, que realizam, a cada momento, a organização que identificamos. Vemos os elementos em acoplamento estrutural, e vemos o acoplamento estrutural entre o sistema e o meio no qual ele existe (todos os outros membros da família, seus vizinhos, amigos, etc). Sabemos que a mãe não determina o que se passa ao filho e vice-versa, e também sabemos que o ambiente não determina o que se passa na relação da mãe com o filho, embora todos estes elementos/sistemas estejam se interconstituindo. As mudanças estruturais (comportamentais, corporais, etc) tanto da mãe como do filho são mudan-

ças congruentes entre si (mesmo que provoquem conflitos), e ocorrem de forma que a relação fundamental entre eles se mantenha. São as mudanças estruturais da mãe que constituem o filho como filho nesta relação, e são as mudanças estruturais do filho que a constituem como mãe neste sistema que destacamos, até que esta relação fundamental desapareça, e o sistema se desintegre para o observador que o distinguiu.

OS SISTEMAS EM TORNO DE UM PROBLEMA COMO SISTEMAS SOCIAIS HUMANOS AUTÔNOMOS

Como observadores sistêmicos, destacamos tanto as redes sociais como os sistemas com os quais interagimos ao trabalhar com as redes sociais – os sistemas em torno de um problema – como sistemas autônomos no domínio social humano.

Um profissional sistêmico distingue um problema com o qual vai lidar: uma relação de desacordo antagônico entre determinadas pessoas acerca de uma situação percebida por elas como uma situação-problema.

O Sistema em Torno da Situação-Problema (ou simplesmente Sistema em Torno do Problema, SDP) emerge para o profissional sistêmico quando ele distingue as conversações entre as pessoas por intermédio das quais elas caracterizam determinada situação como problemática. Serão componentes deste sistema todos os elementos que, ao conversarem sobre a situação-problema, a constituem enquanto tal. Esse sistema existirá para o observador enquanto persistir inalterada sua organização (a conversa sobre a situação-problema). A estrutura deste sistema (as pessoas que conversam sobre a situação-problema e suas con-

versações efetivas) irá mudar em torno da conservação da conversa por intermédio da qual se constitui a situação-problema (Anderson & Goolishian, 1993; Goolishian & Winderman, 1988; Aun, Esteves de Vasconcellos & Coelho, 2005, 2007, 2010).

Quando um profissional sistêmico é convidado para trabalhar com uma rede social – para trabalhar com um sistema em torno de um problema – esse profissional passa a interagir com o sistema que distingue. Este sistema em torno do problema será, ainda, um sistema autônomo, e se conservará existindo enquanto se conservar, para os componentes do sistema, a situação-problema que foi por eles distinguida.

O que quero dizer é que tanto uma rede social (no sentido mais amplo do termo), quanto o sistema que, no trabalho de um profissional sistêmico, se constitui em torno de uma situação-problema, bem como outros sistemas sociais que possam ser distinguidos a partir deste trabalho com a rede social, são indistintamente sistemas autônomos no domínio social humano.

O QUE FAZ O PROFISSIONAL SISTÊMICO NO TRABALHO COM O SISTEMA EM TORNO DE UM PROBLEMA?

Como já mencionei, o trabalho com o sistema em torno de um problema, tem o objetivo de gerar um contexto de autoria colaborativa de soluções, onde as pessoas envolvidas (os elementos do sistema em torno do problema) possam ser agentes de um processo de coconstrução de soluções para seus próprios problemas.

O profissional que seja um observador sistêmico se proporá como tarefa

ajudar na criação desse contexto de autoria colaborativa. Sendo sistêmico, o profissional interage com o sistema que observa, assumindo uma “posição de não saber” (Anderson & Goolishian, 1993) e uma “posição cooperativa”. Nos termos de Aun (1996), o profissional não se coloca como “especialista nos conteúdos” das conversações que constituem o sistema, mas sim como um “expert em contextos”, ou seja, um “especialista nas relações” entre as pessoas.

O foco do profissional não estará nos problemas relatados pelas pessoas, nem mesmo na situação-problema que elas identificam conjuntamente. Ao contrário, o foco do profissional (o “problema do profissional”) serão as relações de oposição antagônica entre as pessoas envolvidas, que é o contexto no qual diversos problemas são por elas distinguidos. Cabe ao profissional buscar um novo contexto de relações: um contexto de autoria colaborativa de soluções.

Utilizando a fórmula usada por Pakman (1993) para definir poder³, Aun (1998a) define o contexto de autoria que o profissional social sistêmico busca alcançar como “um contexto que permite que as pessoas definam o que é real para si próprias e que, na condição de seres humanos sociais, possam agir de acordo com estas definições e assumir responsabilidade por essas ações, através de acordos consensuais” (p. 26).

Segundo Aun (1998b), o profissional que trabalha com a rede social preocupa-se em:

1. Assegurar a coesão do sistema determinado pelo problema;
2. Convidar a todos os elementos para uma participação ativa e colaborativa em todas as posições da estrutura do sistema: na

³ Para Pakman (1993), “poder não é atributo interno às pessoas, não é algo que alguns têm mais e outros menos (...) poder é o nome de um contexto que permite que alguns membros de um sistema definam ou ponham em ação o que vai ser considerado como real [ou bom, ou adequado etc] para todos os membros do sistema” (p. 85).

- de decidir e planejar, na de executar e na de receber;
3. Intervir, por meio de perguntas que levem à reflexão, que questionem premissas já enrijecidas, que abram possibilidade de surgimento de ações alternativas;
 4. Aceitar as presenças e explorar as ausências, em busca de significado e sentido;
 5. Garantir o direito de voz a todos os participantes, até mesmo àqueles que parecem mais incapacitados.

Os trabalhos com redes sociais têm se desenvolvido metodologicamente, com algumas variações. De uma forma geral, fala-se de um “mapa de rede” e de um “processo de mobilização da rede”, que pode se dar através de “encontros conversacionais do Sistema em Torno do Problema (SDP)”, cujo processo constitui-se de diferentes etapas (Aun, Esteves de Vasconcellos & Coelho, 2005, 2007, 2010). Não é meu objetivo aqui discutir o trabalho com as redes sociais, de um ponto de vista metodológico.⁴ Como já disse, o que quero fazer é esboçar uma explicação teórica para o que acontece nos trabalhos bem sucedidos com sistemas em torno de um problema, demonstrando o que propicia as vantagens desse tipo de trabalho.

Eu descrevo o trabalho do profissional sistêmico com os sistemas em torno de um problema – do ponto de vista teórico – como as interações desse profissional que visam a desintegração do sistema em torno do problema e a constituição de um sistema social humano que tenha como organização o que eu chamo de interconstituição de segunda ordem. Vejamos como essa interconstituição de segunda ordem se diferencia da já

mencionada interconstituição de primeira ordem.

A INTERCONSTITUIÇÃO DE SEGUNDA ORDEM

Estando entendida a noção de interconstituição de primeira ordem, quero apontar para uma classe particular de sistemas autônomos no domínio social humano, cuja organização corresponde a outro tipo de relação de interconstituição: a interconstituição de segunda ordem. A seguir, definirei essa classe de sistemas, ao mesmo tempo em que pretendo explicitar que ela não se confunde com nenhuma outra classe de sistemas autônomos no domínio social humano, para as quais poderíamos apontar somente a interconstituição de primeira ordem, conforme acabei de defini-la.

Imaginemos um grupo de pessoas que converse sobre suas próprias relações. Imaginemos que, para participar dessa rede de conversações, não seja demandado que as pessoas tenham nenhuma característica específica. Ou seja, para participar dessa rede de conversações não se levariam em conta as definições atribuídas às pessoas, seus “papéis”, suas posições ou suas funções com respeito às demais. Ao contrário, imaginemos que as pessoas que participem dessas conversações se reconheçam, umas às outras, como legítimas participantes dessas conversações simplesmente porque elas fazem parte das relações sobre as quais se conversa. Eu chamo uma rede de conversações como essa de um sistema de interconstituição de segunda ordem.

De uma forma mais sistemática, defino os sistemas de interconstituição de segunda ordem como os sistemas

⁴ Aun, Esteves de Vasconcellos & Coelho desenvolveram a Metodologia de Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais, e a sistematizaram em três volumes (Vol. 1. Fundamentos teóricos e epistemológicos, 2005; Vol. 2. O processo de atendimento, 2007; Vol. 3. Desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico, 2010).

sociais humanos organizados como redes de conversações:

1. por intermédio das quais os elementos conversam sobre suas próprias relações; e
2. nas quais a legitimidade da participação de cada componente está associada exclusivamente ao fato de que o elemento em questão participa das relações sobre as quais se conversa.

Assim, a organização dessa classe de sistemas, isto é, a interconstituição de segunda ordem, são as conversações por intermédio das quais as pessoas se constituem reciprocamente como legítimas interlocutoras sobre suas próprias relações com base exclusivamente na condição de que estão envolvidas nas relações sobre as quais elas conversam (Esteves-Vasconcellos, 2000).

Eu digo que, quando o trabalho do profissional sistêmico, nos encontros conversacionais com o sistema em torno de um problema, é bem sucedido, uma mudança especial acontece. Trata-se de uma mudança na qualidade da interação entre os elementos que:

1. permite a um observador distinguir um novo sistema, no qual as pessoas se interconstituem em segunda ordem, e;
2. destrói o sistema em torno do problema, com a perda de sua organização.

Antes de explicitar a maneira como isso acontece, gostaria de pontuar a necessidade de um trabalho específico, realizado por um profissional sistêmico, para a constituição de um sistema de interconstituição de segunda ordem.

A NECESSIDADE DO TRABALHO COM O SISTEMA EM TORNO DE UM PROBLEMA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA DE INTERCONSTITUIÇÃO DE SEGUNDA ORDEM

Difícilmente conseguimos distinguir, em nossa vida social humana – na família, no trabalho, na escola, no clube, na política etc – a organização de interconstituição de segunda ordem. Em geral, não vivemos em contextos onde participemos de uma conversa sobre a qualidade das conversas que realizam os sistemas sociais nos quais vivemos.

Penso que isto é assim porque, na maioria das vezes, estamos imersos no paradigma de ciência tradicional, isto é, na crença em uma realidade única e objetiva, cuja existência independe de que façamos enquanto observadores, que se expressa por verdades universais, que devem ser aceitas por todos. Sob a crença em uma realidade objetiva transcendente, qualquer divergência entre as pessoas afasta a possibilidade de interconstituição de segunda ordem, porque implica na negação mútua entre as pessoas que divergem.

Quando não se coloca a objetividade entre parênteses, as partes em desacordo necessariamente entram em negação mútua, já que cada uma das partes tem a convicção de que possui a verdade e sabe como são as coisas em realidade, porque ele ou ela possui um conhecimento objetivo do assunto em discussão. Com a objetividade sem parênteses, uma das partes tem a razão e os demais estão equivocados, errados ou loucos. (Méndez, Coddou & Maturana, 1988, p. 154).

Dessa forma, em nossa cultura ocidental moderna, geralmente não vivemos e não interagimos sob os pressupostos necessários para que pu-

déssemos integrar, de forma espontânea, sistemas de interconstituição de segunda ordem. Assim, o emprego de tecnologias sociais para viabilizar a constituição desses sistemas, em nossa cultura, é útil – se não necessário.

O SURGIMENTO DO SISTEMA DE INTERCONSTITUIÇÃO DE SEGUNDA ORDEM NO TRABALHO COM O SISTEMA EM TORNO DE UM PROBLEMA

Nos sistemas em torno de um problema, as pessoas ocupam posições fixas em relação às situações-problema identificadas. Assim, algumas pessoas estão na posição de decidir o que deve ser feito em relação à situação-problema, outras estão na posição de planejar como isso será feito, outras ainda na posição de executar o que foi decidido e planejado e, por fim, cabe a outras pessoas a posição de receber a “solução” decidida, planejada e executada pelas demais.

Nos sistemas sociais de interconstituição de segunda ordem – que surgem do trabalho sistêmico – também podem ser distinguidas tais posições. A diferença está em que, no sistema de interconstituição de segunda ordem:

1. estas posições não são fixas, há alternância entre as pessoas que ocupam, a cada momento, essas posições, e;
2. a definição de quem ocupa cada posição, a cada momento, não é tomada por nenhuma pessoa ou instituição (nem mesmo pelo profissional sistêmico), mas por todos os componentes do sistema, em conjunto.

A forma como cada pessoa participa de um sistema social qualquer (seja, por exemplo, como ativista de

direitos humanos, como assistente social, como professor, como aluno etc) é o resultado de acoplamentos estruturais entre os elementos do sistema em questão. Tais acoplamentos ocorrem como interconstituições de primeira ordem.

Quando distinguimos um sistema de interconstituição de segunda ordem, tais interconstituições de primeira ordem também acontecem. Também podemos distinguir um ativista, um assistente social, uma mãe, um professor etc, em um sistema social de interconstituição de segunda ordem. A diferença é que não é qualquer destas relações de interconstituição de primeira ordem, e nem o conjunto delas, o que define o sistema. O que define e diferencia um sistema social de interconstituição de segunda ordem é o fato de que todas as pessoas que fazem parte do sistema participam da conversação que define – e redefine – continuamente estas posições, e esta meta-conversação é o que se preserva como organização deste sistema.

Uma vez que destacamos um sistema social de interconstituição de segunda ordem, todas as relações concretas que existem no sistema podem mudar, bem como podem mudar as pessoas que integram este sistema, sem que o sistema se desintegre para o observador que o destacou. Obviamente, dentre as relações que podem mudar sem que o sistema de interconstituição de segunda ordem se desintegre estão as conversações que definem a situação-problema percebida, e que mantem as pessoas em oposição antagônica em relação a esta situação-problema.

Por isso, o estabelecimento de um sistema de interconstituição de segunda ordem leva à destruição do sistema em torno de um problema anteriormente integrado pelas pessoas convi-

dadas para o encontro conversacional do sistema em torno do problema (SDP).

O sistema social de interconstituição de segunda ordem é um sistema conservador de uma rede de conversações onde todos os elementos participam de forma igual, apesar da existência concreta de quaisquer outros tipos de relação, posição, funções, papéis etc. Por isso, em qualquer grupo humano (qualquer rede de conversações) pode surgir um sistema de interconstituição de segunda ordem. Ou melhor, em qualquer contexto social humano pode se desenvolver e conservar uma metaconversação de uma qualidade que permita a um observador sistêmico destacar, ali, um sistema social de interconstituição de segunda ordem.

Nos encontros conversacionais, o profissional sistêmico busca justamente criar um contexto onde possa surgir e se conservar a relação de interconstituição de segunda ordem. O coordenador de rede – por ser sistêmico – acredita que “o problema do sistema” é relacional (a oposição antagônica entre os participantes) e, portanto, ele se dispõe a atuar sobre as relações/conversações entre os componentes do sistema em torno do problema (Esteves de Vasconcellos, 2008/2010). É por isso que o profissional sistêmico não se coloca como especialista no conteúdo das conversas ou na solução dos problemas, mas como um “expert em contextos” (Aun, 1996).

O profissional usa de perguntas reflexivas porque quer instabilizar as premissas (ancoradas em um paradigma tradicional: na crença em uma realidade simples, controlável e objetiva) que colocam as pessoas em oposições antagônicas em relação à forma de se encaminharem soluções para a situação-problema.

O profissional garante a todos o direito à voz, mesmo aos que parecem mais incapacitados, porque sabe (ainda que intuitivamente) que todos os elementos de um sistema social de interconstituição de segunda ordem participam igualmente da metaconversação que define tal sistema, ainda que a participação não seja concretamente igual nas relações efetivas do sistema.

Em um encontro conversacional coordenado por um profissional sistêmico, todos podem participar de uma forma comum e colaborativa da conversação, coconstruindo novas e surpreendentes descrições e explicações para o problema, que fogem às conversações diagnósticas, acusatórias, patologizantes ou meramente interpretativas. Esta conversação não apenas fala da situação-problema, mas define formas como cada um pode participar de soluções para ela, de maneira que são delineadas soluções viáveis, nas quais se reduz a dependência em relação às autoridades ou instituições externas ao sistema. É por isso que, em um encontro conversacional bem sucedido, se pode distinguir um contexto de autoria colaborativa de soluções.

Note-se que a desintegração do sistema em torno de um problema, que mantinha as pessoas em oposição antagônica, não implica a solução “dos problemas” distinguidos pelas pessoas, nem o atendimento às suas demandas particulares. Como vimos, o profissional sistêmico não está comprometido com a solução “dos problemas” trazidos pelas pessoas que o procuram. Ao longo de um trabalho sistêmico bem sucedido, as condutas, situações ou pontos de vista considerados pelas pessoas ou pelas instituições como problemáticos podem deixar de existir, ou podem continuar existindo. O que efetivamente ocorrerá não é previsível nem controlável e, efetivamente,

é indiferente para o profissional sistêmico novo-paradigmático: ele não se importa com isso.

A diferença fundamental à qual está atento o profissional sistêmico é que, sendo o trabalho sistêmico bem sucedido, tais condutas, situações ou pontos de vista – ainda que continuem sendo distinguidas como uma situação-problema a ser enfrentada – não mais mantêm as pessoas em uma oposição antagônica. Isto é assim porque, nesse caso, terá se constituído entre as pessoas envolvidas um novo contexto de relações que lhes permite tratar quaisquer situações ou divergências entre elas sem se oporem antagonicamente umas às outras.

Assim, convidando ou seduzindo as pessoas envolvidas com problemas, ou que estejam sofrendo, a mudarem seus pressupostos; buscando a desintegração do sistema que coloca essas pessoas em oposição antagônica, o profissional sistêmico novo-paradigmático viabiliza a constituição de um tipo particular de sistemas autônomos no domínio social humano: os sistemas de interconstituição de segunda ordem.

A IDENTIDADE DO PROFISSIONAL SISTÊMICO

Não quero apenas descrever teoricamente o trabalho com os sistemas em torno de um problema. Interessa refletir sobre as implicações que esse tipo de trabalho tem para a identidade de todos os profissionais que lidam com relações humanas, enquanto profissionais sistêmicos.

Como vimos, em um trabalho de rede bem sucedido, a interconstituição de segunda ordem emerge como organização de um novo sistema, e tudo o mais – as pessoas que o integram, suas

posições, funções, papéis e suas relações concretas – passam a ser parte da estrutura desse sistema, susceptíveis, portanto, de mudança sem a desintegração do sistema.

De fato, todas as pessoas envolvidas nas conversações podem transitar através das fronteiras do sistema, porque elas são parte de sua estrutura. Não estou dizendo que as pessoas sejam supérfluas. Não o são. Cada elemento do sistema é parte fundamental e indispensável dele, enquanto o compõe. O que ocorre é que elas podem ir e vir, à medida que o sistema se desenvolve e muda na história particular de mudanças ao longo de seu acoplamento estrutural.

Também o profissional sistêmico, coordenador do encontro conversacional, pode deixar de interagir com o sistema de interconstituição de segunda ordem sem que sua retirada de cena represente uma mudança destrutiva para o sistema. Mesmo durante um encontro conversacional pode o coordenador se retirar sem que termine a interconstituição de segunda ordem.

Isso traz implicações sérias para todos os profissionais sistêmicos que lidam com relações humanas. Trabalhar sistemicamente com redes sociais significa assumir que sua especialização, seu domínio do conteúdo das conversações e seu treinamento anterior para encontrar soluções para os problemas, nada disso é fundamental para que as pessoas resolvam seus problemas e vivam mais felizes.

Sob uma perspectiva de rede, que agora podemos entender como uma “perspectiva de interconstituição de segunda ordem”, são obliterados os contextos de poder, aqueles nos quais uma pessoa (um profissional) define o que é verdadeiro para outras pessoas, ou o que é melhor para elas. Sob essa perspectiva, os profissionais que lidam

com relações humanas (médicos, psicólogos, pedagogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, professores, gestores e todos os demais) precisam rever a concepção que têm sobre seu papel, sua formação e seu trabalho.

Estes profissionais, como sistemas autônomos que são, não o farão como uma imposição vinda de fora, como uma interação instrutiva, nem como resultado de um treinamento ou de uma reciclagem. Esta revisão, na perspectiva sistêmica, se fará somente por aqueles cujas histórias particulares de mudança os levarem a isso.

É a estrutura de cada profissional (o que inclui sua estrutura emocional, relacional, e suas premissas) o que vai permitir, ou não, que ele possa promover de forma bem-sucedida sistemas sociais de interconstituição de segunda ordem, contextos de autoria colaborativa de soluções.

Nós, como profissionais sistêmicos, podemos ser o ambiente perturbador para diversos sistemas sociais e para diversos profissionais, convidando-os a participar de um tipo diferente de conversação.

Os profissionais que trabalham com relações humanas foram ensinados que “não deveriam dar peixes, mas ensinar a pescar”. Essa frase retrata a postura intelectual segundo a qual o “mero assistencialismo” seria nocivo, criaria dependência e reduziria a autoestima dos assistidos. Portanto, seria desejável que as pessoas fossem “capacitadas” para resolverem seus próprios “problemas”. Tal “capacitação” significaria educar as pessoas, treiná-las, instruí-las, enfim, ensiná-las a pescar. Ensinar as pessoas a pescar, entretanto, significa tentar manter com elas uma interação instrutiva, própria do paradigma tradicional.

Nós, que adotamos o pensamento sistêmico, acreditamos, entretanto,

que os “problemas” são distinguidos por pessoas envolvidas em relações humanas que distinguimos como problemáticas por configurarem um desacordo antagônico. Assim, acreditamos que soluções duradouras e éticas para os “problemas” não surgem de nenhum curso de pescaria a ser ministrado por um expert.

Felizmente, estão se multiplicando agora contextos onde podemos aprender que, melhor do que ensinar a pescar, poderá ser “conversarmos (de uma forma diferente) sobre pescaria”.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H. & Goolishian, H. A. (1993, original n.d). O cliente é o especialista: uma abordagem para a terapia a partir de uma posição de não saber. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 3, 8-24.
- Aun, J. G. (1996). O processo de co-construção como um contexto de autonomia. Uma abordagem às políticas de assistência às pessoas portadoras de deficiência. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Aun, J. G. (1998a). *O processo de co-construção: uma metodologia para a ‘implantação’ de políticas sociais*. Belo Horizonte, EquipSIS, manuscrito inédito.
- Aun, J. G. (1998b). The co-construction process as a context for autonomy: an alternative for the policies of assistance to the handicapped. *Human Systems: The Journal of Systemic Consultation & Management*, 9 (3-4), 289-305. Leeds, Inglaterra. Apresentação anterior in *International Symposium on Autopoiesis: Biology, Language, Cognition and Society* (1997, 18-21 nov). Universi-

- dade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Aun, J. G.** (1999). A proposta de redes no atendimento em saúde mental. Apresentação in *IX Congresso Mineiro de Psiquiatria* (junho). Belo Horizonte, Associação Mineira Psiquiatria, Belo Horizonte, MG, Brasil. Documento digitado.
- Aun, J. G., Esteves de Vasconcellos, M. J. & Coelho, S. V.** (2005; 2007; 2010). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. Vol. 1. *Fundamentos teóricos e epistemológicos*, 2005. Vol. 2. *O processo de atendimento sistêmico*, 2007. Vol. 3. *Desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico*, 2010. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (1992). As bases cibernéticas da terapia familiar sistêmica. Contribuições à precisão do quadro conceitual. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (1995). *Terapia familiar sistêmica. Bases cibernéticas*. Campinas, SP: Editorial Psy.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (1998, julho/agosto). De sistemas, redes e paradigma. In *O indivíduo, a família e as redes sociais na virada do século* (32-35). Anais do III Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. Associação Brasileira de Terapia Familiar e Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Forma resumida publicada anteriormente in *Jornal Estado de Minas* (1996, 23 abril), Belo Horizonte, MG, Brasil, 1º Caderno, Seção Opinião, 7.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (1999, original 1997). Setting Constructivism/Social Constructionist Proposals in the context of the new-paradigmatic science. *Human Systems: The Journal of Systemic Consultation & Management*, 10(1), 25-34. Leeds, Inglaterra. Apresentação anterior in *International Symposium on Autopoiesis: Biology, Language, Cognition and Society* (1997, 18-21 nov). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (2002). *Pensamento Sistêmico. O novo paradigma da ciência* (10ª edição revista e atualizada, 2013). Campinas, SP: Papirus.
- Esteves de Vasconcellos, M. J.** (2010). Distinguindo a Metodologia de Atendimento Sistêmico como uma prática novo-paradigmática, desenvolvida com um “sistema determinado pelo problema”. In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos, & S. V. Coelho. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. Vol. 3. *Desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico* (pp. 39-59). Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa. Publicação anterior in *Revista Brasileira de Terapia Familiar* (2008, janeiro/junho), 1(1), 37-43.
- Esteves-Vasconcellos, M.** (2000). *Teoria Geral dos Sistemas autônomos: um esboço*. In M. Esteves-Vasconcellos. A identidade acadêmico-científica dos cursos de Relações Internacionais do Brasil (pp. 118-224). Monografia para Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Esteves-Vasconcellos, M.** (2009). Teoria geral dos sistemas autônomos: dos sistemas autopoieticos aos sistemas sociais. Manuscrito inédito.
- Esteves-Vasconcellos, M.** (2013). *A Nova Teoria Geral dos Sistemas. Dos sistemas autopoieticos aos sistemas sociais*. São Paulo: e-book, Livraria Cultura / Kobo Books, URL.

- Fosberg, G. & Walmark, J.** (1994). Focusing the network: Multicultural experiences from the Crisis Unit in Botkyrka, Sweden. *Human Systems: The Journal of Systemic Consultation & Management*, 5, 267-282. Leeds, Inglaterra.
- Goolishian, H. A. & Winderman, L.** (1989, original 1988). Constructivismo, autopoiesis y sistemas determinados por problemas. *Sistemas Familiares*, 5(3), 19-29. Buenos Aires, Argentina.
- Graham, P. & McKenna, B.** (s/d) A theoretical and analytical synthesis of autopoiesis and sociolinguistics for study of organizational communication. Recuperado em junho 8, 2004, de <<http://www.philgraham.net/socsem1.pdf>>.
- Hejl, P. M.** (1997). Social phenomena and law: what kind of systems? In *Biology, Language, Cognition and Society: Anais do International Symposium on Autopoiesis* (pp 1-6), 18-21 nov 1997. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Kenny, V.** (1992) On the subject of autopoiesis and it`s boundaries: does the subject matter? *International Journal of General Systems*, 21(2). Recuperado em junho 8, 2004, de <<http://www.oikos.org/autopoiesis.htm>>.
- Luhmann, N.** (1990). The autopoiesis of social systems. In N. Luhmann (Ed.) (1990). *Essays on self-reference* (pp 1-20). Nova York: Columbia University Press.
- Maturana, H.** (1988. Original 1987). Ontology of observing: the biological foundations of self consciousness and the physical domain of existence. In R. E. Donaldson (Ed.). (1988). *Texts in cybernetic theory: an in-depth exploration of the thought of Humberto Maturana, William T. Powers, and Ernst von Glasersfeld*. Conference workbook. Felton, CA: American Society for Cybernetics (ASC), 1987.
- Maturana, H.** (1997). *Ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maturana, H.** (2001). Our genome does not determine us. Fórum “Remaining Human”, 2001 Conference (22 mai 2001). Vancouver, CA: American Society for Cybernetics (ASC). Recuperado em fev 06, 2006, de <<http://www.asc-cybernetics.org/2001/RH-Maturana.htm>>.
- Maturana, H. & Varela, F.** (1995, original 1983). *A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Editorial Psy II.
- Méndez, C., Coddou, F. & Maturana, H.** (1998, original 1988). A constituição do patológico: ensaio para ser lido em voz alta por duas pessoas. In H. Maturana (1998). *Da biologia à psicologia* (147-178). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mingers, J.** (1995). *Self-producing systems: implications and applications of autopoiesis*. New York: Plenum Press.
- Mingers, J.** (2002). Can social systems be autopoietic? Assessing Luhmann’s theory. *Sociological Review*, 50:278-299.
- Mingers, J.** (2003). Can social systems be autopoietic? Bhaskar and Giddens’ Social Theories. Recuperado em junho 8, 2004, de <<http://www.kent.ac.uk/cbs/research-information/index.htm>>.
- Pakman, M.** (1993). Entrevista concedida a Adela García. *Sistemas Familiares*, 9(3): 77-86. Buenos Aires, Argentina.
- Sluzki, C. E.** (1997). *A rede social na prática sistêmica. Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Varela, F.** (1979). *Principles of biological autonomy*. New York and Oxford: North Holland.

Zeleny, M. (1980, 1979, janeiro). Auto-poiesis: a paradigm lost?. In M. Zeleny (Ed.). *Autopoiesis, dissipative structures, and spontaneous social orders*. (3-43). AAAS National Annual Meeting, Houston TX, 3-8 jan 1979. AAAS Selected Symposium 55, Boulder CO: Westview Press.

Zeleny, M. & Hufford, K. (1992, original 1990). The application of autopoiesis in systems analysis: are autopoietic systems also social systems? *International Journal of General Systems*, 21:145-160.